

DO SERTÃO SAUDÁVEL À CIDADE

DOENTE: SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA HISTÓRIA DE DIAMANTINA

RAMON FELIPHE SOUZA*

Resumo: Diamantina, localizada na Serra do Espinhaço, foi um importante centro político e econômico de Minas Gerais. De nativos americanos a exploradores de minérios, muitos foram atraídos para essa região acidentada. Por meio de revisão bibliográfica – que inclui aproximações com a arqueologia, geografia e geologia; a partir da análise de jornais locais e de registros históricos de viajantes e memorialistas que passaram ou viveram na região, o artigo explora aspectos da saúde pública regional considerando suas relações entrelaçadas com o ambiente biofísico da Serra do Espinhaço. Enfocando o discurso relativo à salubridade local em perspectiva histórica e à luz de proposições da História da Saúde e da História Ambiental, o artigo investiga como se consolidou a noção de um sertão de ares sadios – favorecida pelas condições serranas. Para tal, considera, em particular, o aumento da densidade populacional na região em decorrência da atividade mineradora no final do século XVII, avançando até início do século XX, já no contexto republicano. Sob o impulso modernizador desse último período, o histórico sobre os “bons ares” regionais também teve que competir com a imagem de um sertão doente – dada a consolidação gradual do campo microbiológico que revolucionou a compreensão de como as doenças podiam ser transmitidas.

Palavras-chave: Diamantina. Serra do Espinhaço. História da Saúde. História Ambiental.

From the healthy backlands to the sick city: health and the environment in the history of Diamantina

Abstract: Diamantina, located in Serra do Espinhaço, was an important political and economic center in Minas Gerais. From Native Americans to mineral explorers, many were drawn to this rugged region. Through literature review – which includes approaches to archeology, geography and geology; from the analysis of local newspapers and historical records of travelers and memorialists who have passed or lived in the region, the article explores aspects of regional public health considering their intertwined relationships with the biophysical environment of Serra do Espinhaço. Focusing the discourse on local health in a historical perspective and in the light of propositions from the History of Health and Environmental History, the article investigates how the notion of a sertão with healthy airs – favored by mountainous conditions – was consolidated. To this end, it considers, in particular, the increase in population density in the region as a result of mining activity at the end of the 17th century, advancing until the beginning of the 20th century, already in the republican context. Under the modernizing impulse of this last period, the history of regional “good airs” also had to compete with the image of a sick sertão – given the gradual consolidation of the microbiological field that revolutionized the understanding of how diseases could be transmitted.

Keywords: Diamantina. Serra do Espinhaço. Health History. Environmental History.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Doutorando em História pela mesma instituição. Graduado em Humanidades e História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: ramon.felipe@live.com

INTRODUÇÃO

Os registros produzidos pela ação humana acerca da Serra do Espinhaço – conjunto de terras altas que se estende de Minas Gerais à Bahia –, são variados e de longa data. Essas representações, elaboradas por diversos atores como naturalistas, políticos e intelectuais, recorrentemente destacam as águas e o clima serrano da região como salubres e de qualidade. Porém, em fins do século XIX, paradigmas científicos direcionados pela microbiologia contribuíram para demonstrar que outros fatores poderiam ser responsabilizados pelo processo de transmissão de doenças. Nesse período, gradativamente, em particular nas áreas urbanas cujos índices demográficos estavam em ascensão, foi instituída uma política higienista, de combate aos micróbios.

O artigo analisa esse processo em Diamantina, que, circunscrito à Serra do Espinhaço, foi um importante centro político e econômico na região norte de Minas Gerais. Considerando momentos específicos da história regional, em especial o aumento da densidade populacional em decorrência da atividade mineradora no final do século XVII, avançando até início do século XX, já no contexto republicano, o artigo reflete sobre as representações dessa região como um sertão de ares sadios – percepção que foi favorecida pelas condições biofísicas da Serra do Espinhaço. Posteriormente, observa como, de um ponto de vista microbiológico, sob o impulso modernizador republicano, houve também a necessidade de competir com a imagem de sertão doente. O objetivo é construir uma leitura histórica “aberta e interativa da relação”¹ entre a história da saúde pública regional e o meio biofísico do Espinhaço, uma vez que “as manifestações culturais não ocorrem isoladas do mundo vivo, valendo-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da experiência física no planeta ou, melhor dizendo, de lugares específicos do planeta, na constituição da linguagem e das categorias de entendimento” (PÁDUA, 2010, p. 96).

A presente análise se amparou nas contribuições do campo da história da saúde e da história ambiental. A primeira, desde a década de 1970, a partir do continente europeu, preconizava a diversificação dos objetos e perspectivas históricas, demonstrando que os processos saúde e doença não são apenas eventos biológicos, mas também são construtos sociais. Benchimol *et al.* (2007), contextualizando as tendências historiográficas que influenciaram a opção por uma história da medicina e da saúde mais articulada à economia e a sociedade, apresentam um breve mas interessante relato do contexto em que a história da medicina e da saúde pública se consolidou no Brasil. Mais recentemente, a obra *História da Saúde no Brasil* (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018) nos informa sobre o panorama das abordagens teóricas e metodológicas dessa área do conhecimento nos diferentes circuitos regionais brasileiros. As mudanças e o adensamento da história da saúde no país, segundo os autores, têm produzido seu reconhecimento como parte constitutiva da medicina social e da saúde coletiva brasileira em muitas dimensões no que se refere, por exemplo, à produção do conhecimento e às denúncias das mazelas sanitárias” (Ibidem, p. 10).

A história ambiental, por sua vez, não tem uma origem canônica, e começou a se estruturar “como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado” nos anos 1970 nos Estados Unidos (PÁDUA; CARVALHO, 2020). Dois balanços historiográficos interessantes sobre o campo da história ambiental podem ser observados nos artigos de McNeill (2003) e Pádua e Carvalho (2020). Esse campo acusa uma ausência da dimensão biofísica em boa parte da historiografia contemporânea². Nessa direção, a história ambiental não preconiza reduzir a análise histórica ao mundo biofísico, antes, busca ampliá-la ao expandir temáticas e dimensões da investigação para além da história dos Estados e dos grandes personagens (WORSTER, 1991, p. 199)³.

Posto isto, o artigo está dividido em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, a partir da análise de revisão bibliográfica, examinamos brevemente como a saúde e o meio ambiente se relacionaram ao longo do tempo. Posteriormente, a partir do diálogo com a geografia, geologia, arqueologia e registros históricos de naturalistas, de periódicos regionais – que circularam na cidade desde 1828⁴, apresentamos a Serra do Espinhaço onde Diamantina está localizada. Argumentamos sobre as características que distinguem a feição da serra, marcada por suas altitudes e biodiversidade. Relacionamos a feição de seu relevo aos registros discursivos produzidos por atores humanos que estiveram pela região e que a definiram como salubre e marcada por bons ares. Por fim, na última parte deste texto, analisamos como a

imagem de bons ares precisou concorrer com a de um sertão doente, considerando que, entre final do século XIX e início do século XX, a revolução pasteuriana transformou a percepção do ar, da água e dos lugares como fatores determinantes da saúde (BENCHIMOL *et al*, 2007, p. 224-225).

A RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A percepção das entrelaçadas interações entre o meio ambiente e a saúde humana é antiga. Rosen, autor clássico em estudos sobre saúde pública, afirmou que a obra do grego Hipócrates (460-377 a.C.) *Aero Hidron Topon* (Ares, Águas e Lugares) foi “o primeiro esforço sistemático para apresentar as relações causais entre fatores do meio físico e doença e, por mais de dois mil anos, o terreno teórico para a compreensão das doenças endêmicas e epidêmicas” (ROSEN, 1994, p. 37). Segundo Sant’Anna Neto e Souza (2008), deve-se a Hipócrates a primeira tentativa de eliminar as causas sobrenaturais sobre as doenças, atribuindo-se assim uma causa natural. As autoras afirmam que a referida obra endossa a perspectiva de que a saúde resultaria de equilíbrios de elementos da natureza a partir da “combinação de quatro elementos – a terra, a água, o fogo e o ar – delineando suas propriedades: seco, úmido, quente e frio (SANT’ANNA; SOUZA, 2008, p. 119). Nos textos hipocráticos, portanto, não havia lugar para o conceito de contágio (OLIVEIRA SANTOS, 2010, p. 44).

Rosen (1994) afirma, no que diz respeito à obra *Ares, Águas e Lugares*, que nenhuma mudança fundamental ocorreu até o final do século XIX, altura em que foram instituídas as ciências da Bacteriologia e da Imunologia. Nogueira, no mesmo sentido, defende que, no final do século XIX, a eclosão da “revolução bacteriológica” marcou uma mudança de paradigma na medicina e nos estudos em saúde (NOGUEIRA, 2008, p. 9).

Flávio Edler (2006) apresenta uma gênese interessante do conceito de meio ambiente e sua relação com a doença antes mesmo da revolução pasteuriana a que se referiram os autores anteriores. Para Edler, embora seja “correto afirmar que a grande reputação de Hipócrates estimulou o estudo dos fatores ambientais que afetavam os seres humanos, devemos sublinhar, por outro lado, que em fins do século XVIII e princípios do XIX, o conceito de meio estava ocupado por entidades físicas inteiramente diversas, em interação com processos fisiológicos radicalmente estranhos à fisiologia humoral. Em suas palavras,

O antigo estoque de conhecimentos sobre os agentes etiológicos, os processos patogênicos e as morbidades que eles ocasionavam, seria constantemente reestruturado, ao longo de todo o século XIX, antes mesmo do advento da teoria microbiana das doenças. Essas ideias sobre patologia não planavam num puro universo conceitual. O amplo intercâmbio comercial aliado a política colonialista europeia fez emergir o problema, ao mesmo tempo prático e teórico, de se compreender porque certas doenças estariam circunscritas a determinadas regiões do globo, enquanto outras tinham ali um impacto diferenciado e um padrão de endemicidade distinto (EDLER, 2006, p. 389).

Em todo caso, o argumento do autor é que a patologização do espaço, levada a cabo sob o impulso de influências hipocráticas, não foi inequívoca e alcançou uma nova dimensão na “Era dos Impérios” (EDLER, 2006, p. 388). Em particular sobre o Brasil, o autor argumenta que a relação entre doença e lugar esteve presente no discurso médico do país do século XIX, e serviu para legitimar o status do médico e sua prática. Estrategicamente, um repertório das doenças existentes no território brasileiro, sua distribuição e etiologia, foram reclamadas como problemas médico-higiênicos e possibilitaram o estabelecimento de vínculos materiais e simbólicos entre esse grupo profissional, a sociedade imperial e o Estado Monárquico (2006, p. 396).

Na virada do século XIX, o país testemunhou transformações estruturais como a abolição da escravidão (1888) e a instauração do regime republicano (1889). Contudo, apesar dessas mudanças, a exclusão social e política não foi extinta (BATALHA, 2003). Embora a República

tivesse consolidado o Estado, não alargou e democratizou suas bases como nação (LINHARES, 1990). A projeção de uma nova identidade para o país, que fosse moderna, foi preconizada pelos líderes da jovem república, com o objetivo de se diferenciarem do período anterior, o Império. Foi nessa conjuntura que a consciência do espaço e territorialidade de algumas regiões passou, gradativamente, a compor a agenda nacional. Na ordem do dia estava esquadrihar o interior do país e, a partir disso, descobrir “outros brasis, além daquele cosmopolita, do litoral, vizinho da Europa.

Atores locais dos vastos sertões do país, embora de formas e contextos diversos, se mobilizaram por meio de uma série de arranjos que buscavam incorporar suas regiões aos debates e ações voltados para a modernização do país. O objetivo era concorrer para o abandono da imagem de sertão. Nessa lógica, as regiões percebidas enquanto sertão, necessariamente, deveriam se apresentar como áreas que potencialmente poderiam justificar discursos de expansão, exploração e ocupação. Mais precisamente, o que estava em jogo era um projeto ambicioso que englobava aspectos como a interiorização do Estado e suas agências, a integração do território nacional e a intensificação da exploração dos recursos naturais do país (SILVA *et al*, 2015). Esse processo foi gradual e complexo, na medida em que nem todos os sertões lograram êxito ao evocar uma espécie de propaganda de suas respectivas possibilidades futuras. O sertão norte mineiro, por exemplo, situado nas “isoladas montanhas” da Serra do Espinhaço, foi recorrentemente representado como um espaço cujas possibilidades de modernização eram limitadas devido ao seu isolamento e à falta de estradas eficientes. Mas, por outro lado, também havia valoração positiva sobre as condições oferecidas pelo meio biofísico serrano⁵. O seu relevo, o clima e a qualidade de suas águas, contribuíram para que fossem elaboradas representações da região como um espaço altamente recomendado pela sua salubridade.

A SERRA DO ESPINHAÇO E OS BONS ARES

A história humana sempre se desdobrou e sempre se desdobrará dentro de um contexto biológico e físico mais amplo, e esse contexto evolui por si mesmo (PÁDUA, 2010, p. 93). Argumentar a partir desse ponto de vista implica, como salienta Pádua, um desafio teórico que busca pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e socioculturais (Ibid. p. 91-92). Os humanos não são os únicos protagonistas. Como Tim Ingold nos lembra:

O que nos parecem ser formas fixas da paisagem, passivas e imutáveis a menos que acionadas a partir do exterior, estão elas mesmas em movimento, ainda que numa escala incomensuravelmente mais lenta e mais majestosa do que aquela na qual nossas próprias atividades são conduzidas. Imagine um filme da paisagem, filmado ao longo de anos, séculos, mesmo milênios. Acelerando-o um pouco, plantas parecem se engajar em movimentos muito parecidos com os dos animais, árvores flexionam seus galhos sem incitação dos ventos. Caso acelerado ainda mais, as geleiras fluem como rios e até a terra começa a se mover. Em velocidades ainda mais altas, as rochas sólidas dobram-se, prendem-se e fluem como metal fundido. O próprio mundo começa a respirar. Assim, o padrão rítmico das atividades humanas alinha-se dentro do padrão mais amplo de atividade para toda a vida animal que, por seu turno, aninha-se dentro do processo vital do mundo (INGOLD, 1993, p. 164 *apud* CARVALHO, 2014, p. 474).

É nessa perspectiva que abordamos a Serra do Espinhaço – como um meio dinâmico que está continuamente em modelagem e remodelagem. Estudos de Salgado e Valadão (2003), por exemplo, dão indícios interessantes dos processos de movimento da serra por si só. Os autores argumentam que na Serra do Espinhaço está ocorrendo uma elevação natural das massas continentais que a compõem. Esse movimento, chamado de soerguimento, seria consequência de

uma erosão acelerada que ocorre na região como resultado de um processo químico que tem lugar quando a água penetra o solo e reage quimicamente com as rochas. A desnudação geoquímica favorece a erosão que desagrega o material rochoso em sedimentos cada vez menores. Como consequência, a necessidade de equilíbrio das massas provoca o soerguimento, ou seja, o movimento das placas continentais. Os pesquisadores afirmam que esses fatores naturais, combinados com a ação humana, podem causar desastres de grandes proporções.⁶ O Espinhaço se move e tem sua história. Considerando esses aspectos, destacamos a importância de uma abordagem mais integrada que considere a dinâmica e história dessa serra, em escala espacial e temporal, ligando a sua história às representações das sociedades humanas que a ocuparam e com ela interagiram. Nesse sentido, corroboramos com Van Dooren *et al.* quando afirmam que “narrar histórias apenas humanas não servirão a ninguém em uma época modelada pelo agravamento e fortalecimento mútuo de processos de destruição biossocial” (VAN DOOREN *et al.*, 2016, p. 41)⁷.

Os estudos sobre a Serra do Espinhaço foram impulsionados no início do século XIX, como consequência das ocorrências de diamantes descobertas no século anterior. Gontijo (2008), que elaborou uma rápida revisão histórica sobre o que foi pesquisado, afirma que, embora existam estudos consolidados sobre esse espaço, “as bases para a compreensão ecogeográfica do Espinhaço encontram-se um tanto desequilibradas: muito se sabe sobre o arcabouço esquelético da paisagem e pouco se aprofundou sobre as implicações deste arcabouço com o tapete de vida que por sobre ele se instalou” (GONTIJO, 2008, p. 8).

José Vieira Couto, natural de Diamantina, foi um dos primeiros a estudar a região e a denominou de “a Grande Serra” (SILVA, 2002). O nome “Espinhaço”, por seu turno, deve-se ao barão alemão Willehn von Eschwege, que utilizou o termo para designar a grande espinha dorsal do Brasil, que no sentido norte-sul se estende por mais de 1.200 quilômetros de Minas Gerais à Bahia (KNAUER, 2013; CHAVES; BENITEZ, 2007). No sítio da cidade de Diamantina a serra apresenta altitudes que variam entre 1100 e 1350 metros (VARAJÃO, 2015, p. 45).

A revista da Reserva da Serra do Espinhaço, em edição especial de setembro de 2017, destacou que o termo Espinhaço carrega consigo uma diversidade de significado e dimensões: geológico, hidrográfico, biogeográfico, cultural, entre outros. A publicação nos apresenta aspectos interessantes sobre a Serra,

As rochas que compõem a Serra do Espinhaço testemunham a abertura de um continente e sua separação em duas massas continentais, a instalação de um ambiente marinho e o posterior fechamento desse oceano, colando novamente as massas continentais para formar um continente ainda maior que aquele inicial que se partiu. Em parte, o processo é semelhante ao que aconteceu entre a América do Sul e a África e o que acontece hoje na costa oeste da América do Sul, cujo produto é o soerguimento da Cordilheira dos Andes (REVISTA RESERVA DA BIOSFERA ..., 2017, p. 30).

O Espinhaço, com mais de um bilhão de anos de movimentação constante, é, como destacou Martins (2019), “uma cordilheira longa e estreita, repleta de picos e vales, caracterizada por relevo ruiforme – protuberante e rugoso, de aspecto cisalhado e fraturado, com predomínio de rochas nuas expostas – de impressionante beleza” (MARTINS, 2019, p. 18). A seguir, foto com vista para a Serra do Espinhaço, tirada nas imediações do Campus JK da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

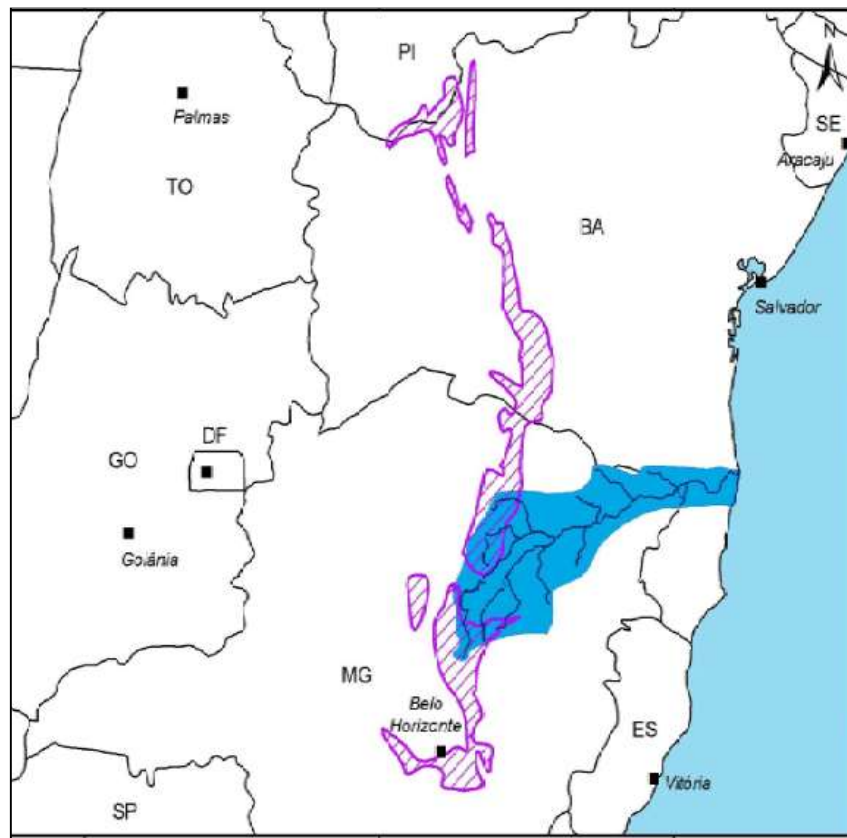
Figura 1 – Fotografia com vista para a Serra do Espinhaço.



Fonte: Acervo Pessoal.

Considerando tamanha diversidade, é sempre preciso especificar sobre qual porção do Espinhaço estamos falando. Neste texto, consideramos especialmente sua porção mineira, sob as coordenadas 18,25° de latitude sul e 43,60° de longitude oeste, onde se localiza a sede do município de Diamantina, com uma elevação média de 1250 metros acima do nível do mar (VARAJÃO, 2015, p. 30). O Mapa 1 apresenta detalhes da Serra do Espinhaço e destaque para a bacia do Rio Jequitinhonha. Além desta, a serra compreende outras duas importantes bacias, a do rio São Francisco e rio das Velhas.

Mapa 1 – Serra do Espinhaço (Lilás) e detalhe da Bacia do Rio Jequitinhonha (Azul).



Fonte: SERVILLEHA, 2012, p. 46.

Reconhecida pela UNESCO, desde 2005, como Reserva da Biosfera⁸, a história da Serra do Espinhaço não se inicia quando os seus recursos geológicos, em particular os de base minerária (nos diversos ciclos e em épocas distintas: ouro, diamantes e, mais recentemente, minério de ferro), passaram a ser intensamente explorados. Evidências arqueológicas indicam, por exemplo, datas do Holoceno Médio como um período em que a região teria propiciado condições para manutenção e abrigo da vida humana, demonstrando que ocorreram ocupações contínuas nesse espaço entre 7225 e 4424 AP (antes do presente) (VASCONCELOS *et al.*, 2018). Os primeiros registros humanos produzidos sobre esse espaço, interpretados à luz dos estudos sobre arte rupestre, registram presença de cervídeos, quadrúpedes e peixes entre os grafismos (Ibid., p. 42-41). Em registros mais recentes, seja nos relatos de viajantes do século XVIII e de memorialistas dos séculos XIX e XX, notamos também destaque à diversidade do meio biofísico da região.

O norte mineiro foi uma das primeiras regiões a serem ocupadas em Minas Gerais. A exploração aurífera se iniciou a partir de achados encontrados em diferentes locais da Serra do Espinhaço Meridional (VARAJÃO, 2015, p. 34). Paralelamente à mineração de ouro e pedras preciosas, ocorreu o seu processo de formação e estruturação territorial (VELLOSO; MATTOS, 1998, p. 76). Devido à centralidade da mineração, essa porção se constituiu como uma das mais populosas juntamente com a área central da Capitania, com destaque para o arraial do Tejuco, que atualmente corresponde ao município de Diamantina.

Os diamantes acentuaram ainda mais o interesse da administração portuguesa na região, que apenas tomou conhecimento dos achados relativos a essas pedras preciosas em 1729 (MACHADO FILHO, 1980). Como nos lembra Pádua, esses minérios não possuem valor econômico universal. Assim, por exemplo, em um primeiro momento, foram percebidos como irrelevantes para os nativos que cruzavam o território da atual Serra do Espinhaço antes da chegada dos europeus. Em segunda instância, para esses últimos, a importância desses minerais justificou esforços consideráveis com o objetivo de estabelecimento da mineração colonial (PÁDUA, 2010, p. 93). Portanto, “sem a Serra do Espinhaço, a história do Brasil deveria ser recontada de outra forma, haja vista que

A opulência cultural e econômica que sustentaram a Colônia e outros países da Europa naquela época determinou o uso e a ocupação dessa região, que influenciou, sobremaneira, os territórios que temos hoje, representados pelas culturas tradicionais, pelos perfis econômicos de base minerária, pela pecuária e agricultura, pela gastronomia, pelos ritos religiosos e pelos caminhos turísticos (REVISTA DA RESERVA DA BIOSFERA....2017, p. 28-29).

Como um dos efeitos da centralidade do ouro, um rápido crescimento demográfico ocorreu na região. Varajão (2015) apresenta um bom resumo dessa trajetória:

A consolidação do Arraial do Tejuco se deve à sua proximidade das jazidas minerais, sendo que foi necessária, para a ocupação humana da região, a superação de adversidades proporcionadas pelas ásperas condições naturais, desfavoráveis aos assentamentos e sobremaneira limitantes para as práticas agropecuárias. À medida que esteve integrada a uma rede de caminhos, intra e inter-regional, para o abastecimento e escoamento da sua produção, Diamantina adquiriu diferentes posições na hierarquia urbana ao longo do tempo. Fortemente embasada na economia mineradora, Diamantina foi uma das maiores centralidades urbanas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. No entanto, não obteve o mesmo ritmo de crescimento que outros centros urbanos apresentaram nos períodos posteriores, de maneira que

observou uma perda da sua importância relativa nos séculos XIX e, principalmente, XX (VARAJÃO, 2015, p. 86-87).

No decorrer do período sintetizado pelo autor, uma série de representações sobre a Serra do Espinhaço considerando seus aspectos biofísicos foram elaboradas por diversos autores. Na Figura 2 observamos detalhes da “Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes”. O documento destaca o arraial do Tejuco e a Vila do Príncipe, cabeça da comarca e atual cidade do Serro⁹. Segundo Fonseca (2011), o documento data da época da descoberta dos diamantes e da fundação da Vila de Minas Novas (1730).

Figura 2 – Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Foi grande o número de viajantes que passaram pela região no século XIX. Segundo De Paula e Castro, a presença desses cientistas marcou os primeiros passos para a consolidação dos conhecimentos sobre esse território, deixando um legado de relatos, roteiros e mapas cujas bases eram a visão integrada da natureza, seus recursos, a sociedade e a relação sociedade-natureza (DE PAULA; CASTRO, 2018; BOLLE, 2018). Estudos recentes preocupam-se em percorrer os roteiros estabelecidos a partir da leitura de algumas dessas obras, sinalizando que há evidências de degradação ambiental nas áreas registradas nos relatos (MUCIDA *et al.*, 2019). A seguir destacamos algumas narrativas que apresentam aspectos relativos ao clima e às águas da região.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779 -1853) chegou ao país em 1816 e permaneceu por seis anos. Quando esteve no arraial do Tejuco, em 1817, destacou:

As águas que se bebem em Tejuco são excelentes; são fornecidas por pequenas fontes que nascem na própria montanha onde é construída a aldeia (...). O ar que aí se respira é absolutamente puro, a temperatura amena, mas muito variável (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 38-42).

O naturalista argumentou que, devido a esses aspectos, o arraial oferecia boa qualidade de vida, embora estivesse distante de outros lugares. Para Saint-Hilaire, o clima tejucano era

moderado e, como consequência, os casos de lepra e elefantíase eram raros. Ao tratar sobre moléstias mórbidas, o francês escapou à relação direta com a natureza e apontou hábitos da população (vícios e costumes dos moradores locais) como causa das mesmas. Em suas palavras, as “pessoas de cor” eram mais propensas à hidropisia e isso seria resultado de fatores como a “paixão pela aguardente, uso prematuro dos prazeres do amor e vida sedentária”. Acerca das doenças venéreas, considerou como causa imediata, naquela região como no resto do Brasil, “a libertinagem a que todas as classes da sociedade se entregavam exageradamente”. Outros costumes nocivos destacados por ele foram comer com as mãos, andar descalço e atear fogo no terreno (Ibid., p. 40-42).

As percepções positivas sobre o clima da região são observadas também nos registros de outro naturalista, Richard Francis Burton (1821-1890). Esse inglês realizou viagens ao interior do Brasil e, em 1867, sobre a região sobre a qual discorremos afirmou:

A localização de Diamantina é peculiar: para leste e sudoeste, o terreno é extremamente alcantilado, ao passo que a parte norte é uma continuação das terras onduladas do campo. A incipiente “Haute Ville” é a melhor e mais saudável localidade, e aqui a povoação se espalha. A “cidadezinha” desce pela encosta ocidental de um morro muito íngreme, para terminar no profundo vale do Rio São Francisco ou Rio Grande, cujas águas, servindo de escoadouro às do terreno mais baixo, alimentam a artéria principal da bacia, o Rio Jequitinhonha, que fica a 3 léguas em linha reta e seis indiretamente (BURTON, 1976, p. 87-88).

A relação por ele estabelecida entre meio físico e saúde é manifestada. Percepção, de modo geral, compartilhada por outros europeus que vieram ao país no período. Georg Wilhelm Freireyss (1789-1825), que também percorreu o interior do país entre 1814-1815, afirmou que o Brasil seria um dos países mais saudáveis do que intitulou de “zona quente” e, Minas Gerais, por sua vez, a mais saudável de todas as Capitanias (FREIREYSS, 1907, p. 216).

A percepção de que os locais com topografias acidentadas e elevadas poderiam estar sujeitos a ventos frequentes e, portanto, à circulação e renovação do ar, como um aspecto que garantiria salubridade, era influenciada pelas noções hipocráticas. Sinteticamente, essa perspectiva preconizava que emanações nocivas, que seriam fruto do acúmulo e estagnação de sulcos, ares, por exemplo, poderiam corromper também o corpo humano. Sobre tais emanações, chamadas de miasmas, Costa (2013) discorre:

Essas emanações eram combatidas pela renovação e circulação do ar. Tudo que estivesse parado, estagnado poderia ser um elemento perigoso à saúde pública, um produtor de miasmas. Inicialmente, supunha-se que a doença estava no ar e que, portanto, era necessário fazê-lo circular. Depois foi a vez da água, quando se levantou a hipótese de ela ser responsável pela disseminação da cólera. A água, o lixo, os dejetos, a sujeira também deveriam circular. Nada podia ficar muito tempo parado, sob o risco de corromper-se e produzir miasmas (COSTA, 2013, p. 54).

Alain Corbin (1987), ao estudar o contexto europeu, chama-nos a atenção para o fato de que, diferentemente do que pode crer o senso comum, o sentido do olfato nem sempre esteve intrinsecamente associado à apreciação do ar. O que em nossos dias se apresenta como óbvio é resultado de uma construção histórica marcada por debates, sobretudo, travados entre químicos e higienistas. Personagens que, segundo o autor, especialmente a partir dos anos finais do século XIX, entre seus objetivos visavam a detectar, discernir e descrever os “ares irrespiráveis”. Em

busca dos “bons ares”, instituía-se a luta contra os aromas fétidos, os miasmas. Edler afirma que a preocupação com os “bons ares” era informada por estudos realizados no século XVIII, preocupados com o empreendimento colonial, de intensificação do intercâmbio comercial internacional, a qual em âmbito prático e teórico acentuou a necessidade de “compreender porque certas doenças estariam circunscritas a determinadas regiões do globo” (EDLER, 2006, p. 389).

Observamos, mesmo em contextos diversos, a permanência do discurso da qualidade do ar na Serra do Espinhaço. O diamantinense José Augusto Neves (1875-1955), na obra *Chorographia do município de Diamantina*, afirmou que a localização do município seria sobre um “extenso planalto irregular, essencialmente elevado, importantíssimo pelas suas riquezas naturais e excelente clima” (NEVES, 1899, p. 126). Especificamente sobre o clima, Neves afirmou que era “muito saudável, sendo o ponto mais quente os vales dos rios, mais ameno o planalto carrasquento e mais temperado o planalto diamantino. Ele também destacou que na região não grassavam “epidemias e moléstias endêmicas” (Ibid., p. 136). Acerca da sede municipal afirmou que seu aspecto montanhoso era “alegre, com clima ameno e sadio” (Ibid., p. 147). Embora não fosse médico, os apontamentos de Neves nos informam sobre o repertório cognitivo relacionado à saúde na região e como elementos do clima serrano moldaram essa percepção.

A relação entre doença e lugar foi elemento presente no discurso médico brasileiro¹⁰. A tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1875, do mineiro Francisco Procópio Lobato é um exemplo. Lobato discorreu sobre salubridade e os aspectos topográficos da cidade do Rio de Janeiro. Definindo topografia como a descrição dos elementos territoriais de uma localidade, o autor afirmou que a topografia carioca contribuía para a concentração de gases vindos do mar, os quais, em sua concepção, eram prejudiciais à saúde (LOBATO, 1875). Apresentada na mesma faculdade, a tese do também mineiro Gustavo Xavier da Silva Capanema chamava atenção para as propriedades tóxicas das águas pantanosas e como este elemento contribuía para a degeneração da saúde humana. Traçando um panorama do Brasil, Capanema apontou Minas Gerais como sendo:

[...] a montanhosa de suas irmãs, e onde o sistema orológico do Brasil tem seu ponto culminante, não é perseguida por pântanos naturais permanentes; mas em compensação cruzam-se em todas as direções numerosos rios e regatos, que se enchendo e se desdobrando por sobre os vales ubérrimos durante a estação pluviosa, lá deixam, logo que comece o abaixamento das águas, o conjunto de condições para o aparecimento de maleitas (CAPANEMA, 1870, p. 20).

Segundo o autor, havia a necessidade de drenar águas pantanosas dos rios de algumas regiões do país. Os rios Jequitinhonha e São Francisco, bacias hidrográficas restritas à Serra do Espinhaço, foram destacados por ele como rios onde esse quadro era frequente (Ibid., p. 30). Caberia, pois, às noções de higiene auxiliarem o homem no domínio da natureza.

Os discursos ultrapassaram os limites do debate sobre saúde e informavam representações sobre a sociedade e o meio biofísico ao redor. Enquanto as discussões sobre salubridade e higiene condenaram as qualidades morfológicas e topográficas do morro do Castelo, um dos marcos da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – demolido nas primeiras décadas do século XX¹¹ –, os relevos da Serra do Espinhaço eram percebidos como favoráveis à renovação do ar, o que no ideário higiênico do período era um importante elemento na manutenção da saúde.

Em suma, as leituras relacionando a salubridade mineira ao seu relevo eram recorrentes, sendo observadas dos primeiros relatos acerca do território das Gerais¹² às teses médicas citadas acima. Marques, Silveira e Figueiredo, analisando aspectos da História da Saúde em Minas, afirmam que desde o final do século XIX muitas pessoas eram atraídas para o território mineiro em busca de tratamento de algumas moléstias como, por exemplo, a tuberculose (MARQUES; SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2011, p. 73). Contudo, a historiografia também chama atenção para o fato de que as regiões percebidas como salubres muitas vezes foram palcos de manifestações epidêmicas. Em Diamantina, por exemplo, episódios epidêmicos e as condições urbanas, dentro do ideário salubre

da viragem do século XIX-XX, contrastavam com as representações de que era uma região saudável onde "as doenças epidêmicas e endêmicas não se propagavam" (NEVES, 1899, p. 136). No tópico seguinte, analisamos como circularam em Diamantina noções relacionadas aos paradigmas científicos da bacteriologia que, no referido período, passaram a concorrer com o modo de explicação das doenças pautadas no repertório miasmático e, por consequência, atribuíram à cidade a representação de doente, isto é, de um ponto de vista microbiológico.

A CIDADE DOENTE

A primazia nas questões de higiene e saúde pública ganhou contornos mais definidos na região à medida em que sua população aumentava. A seguir indicamos alguns dados que apontam a evolução demográfica desde os seus primeiros anos até o início do século XX. Considerando o sítio do arraial do Tejuco, a estimativa é a de que no ano de 1738 ele tivesse cerca de 9.681 habitantes (FURTADO, 2011, p. 38). Entre os anos de 1830 e 1900, a localidade assistiu a um rápido crescimento demográfico. Em 1832, a então Vila de Diamantina contava com cerca de 12.354 habitantes. Em 1834, foi elevada à categoria de município de Diamantina, e em 1856 alcançou 17.000 habitantes. Duas décadas depois, em 1872, contava com 19.910 habitantes. Ao final do século XIX, em 1890, esse número chegava a 30.412 e no início do século XX, em 1900, havia um total de 31.048 habitantes (SOUZA, 1993, p. 116). Em termos gerais, o Anuário Mineiro de 1918 indicava Diamantina como um dos mais prósperos dos 178 municípios de Minas Gerais, com cerca de 12.655 quilômetros quadrados e uma população de mais de 75.000 habitantes. Especificamente sobre a sede municipal, o registro indica 12 mil habitantes. (SENNA, 1918, p. 623).

Diante dessa conjuntura, cada vez mais elementos relacionados à saúde pública passaram a preocupar as autoridades médicas e políticas na região, especialmente no que se refere à proliferação de moléstias, em particular, as epidemias¹³. Assim, temas como abastecimento de água, rede de esgoto, insalubridade urbana e os hábitos dos cidadãos tornaram-se recorrentes nos periódicos locais. A preocupação com esses aspectos, no entanto, justifica-se não só pelo aumento populacional, mas ocorreu em gancho com os contextos político e cultural pelos quais o país passava, com destaque para a busca por uma identidade que fosse moderna, que se acentuou no contexto republicano. Além disso, a mudança na avaliação da salubridade esteve interseccionada pelo contato com paradigmas do campo das teorias médico-sanitárias da virada dos séculos XIX-XX, que abriam espaço para novas formas de abordar e entender o ambiente.

Ferreira (1999) destaca que a imagem positiva do Brasil acerca de sua salubridade se modificou radicalmente a partir de 1850 devido à manifestação de epidemias de cólera e febre amarela no Rio de Janeiro e na Bahia. Esses eventos questionaram a convicção médica de que o país era, por natureza, um país são. Paralelamente a esses episódios, vinham sendo desenvolvidos importantes estudos de cientistas como o francês Louis Pasteur (1822-1895) e o alemão Robert Koch (1843-1910) que, gradativamente, contribuíram para o estabelecimento da microbiologia como ciência em fins do século XIX¹⁴.

Inspirados nessa área de conhecimento ocorreram bem-sucedidas campanhas sanitárias desenvolvidas por Oswaldo Cruz (1872-1917), no combate à peste bubônica e à febre amarela na cidade do Rio de Janeiro. Como destacou Benchimol (2000), esse sanitarista esteve à frente do saneamento urbano nessa cidade no âmbito das reformas realizadas na gestão do então prefeito do Distrito Federal (1902-1906), o engenheiro Francisco Pereira Passos (1836 – 1913). Para o saneamento e a modernização da cidade, ocorreram diversas demolições que ficaram conhecidas popularmente como a política do bota-abaixo. Segundo Benchimol, essas reformas estiveram em estreita sintonia com os estudos de Pasteur e Koch e de outras instituições biomédicas europeias e estadunidenses (BENCHIMOL, 2000).

Diferentemente de reformas anteriores, pautadas principalmente em teorias miasmáticas, a remodelação da capital ocorrida no contexto republicano foi associada a outras ideias que estiveram baseadas em princípios como modernidade e novos preceitos de higiene do período. Com forte inspiração na reforma que Haussmann executara em Paris, a reforma posta em marcha na capital federal, sob a orientação de Oswaldo Cruz (que havia estudado microbiologia, soroterapia e imunologia no Instituto Pasteur, e medicina legal no Instituto de Toxicologia, na França, entre 1897 e 1898¹⁵), alavancou discussões semelhantes em outras regiões brasileiras. A

partir daí, são diversos os exemplos que indicam como, para as elites brasileiras, as transformações urbanas foram percebidas como uma etapa significativa do processo de inserção do país na modernidade (ALCÂNTARA, 2015).

No âmbito de Minas Gerais, podemos observar – antes mesmo do episódio no Distrito Federal –, por exemplo, a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, como um fato ilustrativo de como os ideais republicanos queriam se dissociar do que era percebido como arcaico e insalubre. Como destacado por Silveira (2008), no novo “imaginário salubre” que se instituiu no período, as cidades coloniais foram entendidas como “filhas do acaso”, pois evocavam memórias do findo Império. Além disso, a autora salienta ainda que a topografia peculiar dessas cidades, tal como Ouro Preto e Diamantina, constituía-se como uma barreira ao desenvolvimento de atividades mais modernas para a época, tal como as de caráter mercantil e fabril.

Além do saber científico bacteriológico que, gradativamente, reorganizava o estoque de repertórios para a explicação das doenças e noções de higiene, também foi crescente, especialmente, no limiar do século XIX, a percepção mobilizada por diversos atores de que o abandono governamental seria o responsável pelas precárias condições de saúde em que algumas regiões brasileiras se encontravam, sobretudo, os sertões¹⁶. Alguns exemplos são os textos dos relatórios das expedições científicas do marechal Cândido Rondon (1915) e dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (Carlos Chagas, 1913, Oswaldo Cruz, 1910 e 1913, Belisário Penna e Arthur Neiva, 1916). Seus autores empreenderam esforços que, em alguma medida, questionavam a atuação do Estado nos espaços percebidos como sertões. Assim, como resultado contíguo dos apontamentos de tais intelectuais, paulatinamente determinantes raciais e climáticos que, num primeiro momento, haviam sido a matriz de explicações para o atraso do país e a degeneração física e moral do brasileiro, passaram a ser confrontados por elementos como a subnutrição, a ignorância, a pobreza e o abandono governamental (HOCHMAN, 1998).

As considerações do médico sanitário Belisário Penna (1868-1939), particularmente, discorrendo sobre o clima mineiro, vão nessa direção e nos chamam a atenção. Em sua obra *Minas e Rio Grande do Sul: estado da doença, estado da saúde*, de 1918, Penna contrastou a pujança do clima e da flora do território mineiro com a “calamitosa condição de saúde” de seus habitantes. A “miséria orgânica e as doenças”, em suas palavras, não eram prejudicadas pelo clima, que foi descrito como excelente e invejável. O sanitário afirmou ainda que Minas Gerais era procurada “com grande proveito por doentes de outras terras” e o seu “ar puro, leve e sadio” constituía-se como um tonificante para os pulmões e, por excelência, um renovador do sangue. No entanto, essa privilegiada natureza das terras mineiras era negligenciada, continua o autor, pois o território se via desolado por “flagelos endêmicos evitáveis” – o grifo na palavra é do próprio autor, dado o descaso do governo estadual e suas municipalidades” (PENNA, 1918, p. 6-10).

Portanto, observamos que os discursos técnico-científicos e os preceitos higienistas e urbanísticos que circulavam na época compunham um repertório que se traduzia em uma miscelânea entre noções miasmáticas e as novas percepções da bacteriologia que começavam a se consolidar entre a comunidade médica. Mesmo no século XX, quando as pesquisas já se voltavam para combater o agente causador da doença, a associação entre a qualidade do ar e doenças, por exemplo, não havia sido eliminada (ALCÂNTARA, 2015, p. 70-71).

Impulsionados pela dinâmica republicana de construção de um Estado nacional moderno - e pela visão médico-sanitária de progresso por um viés científico -, elites da região norte mineira e de Diamantina procuraram conceber, legislar, financiar e administrar uma série de intervenções a favor de melhoramentos urbanos e meios para sanear/civilizar também a população local (FERNANDES, 2005; GOODWIN JR, 2007; MARTINS, 2014; SOUZA, 2018; MAGNANI, 2004; ALCÂNTARA, 2015). E, especificamente, acerca das questões que perpassavam a manutenção da saúde na região, observamos que, cada vez mais, as mesmas foram associadas não apenas a sua altitude ou clima ameno, mas também à ação dos micróbios e aos hábitos humanos. Como exemplos contínuos dessas preocupações – cuja ênfase variou ao longo do tempo –, observamos em Diamantina a fundação, em 1790, da Santa Casa de Caridade de Diamantina; posteriormente, em 1889, do Hospício dos Alienados; em 1901, do Hospital Nossa Senhora da Saúde; e, no mesmo ano, o Recolhimento do Pão de Santo Antônio.

O terreno acidentado que caracterizava o traçado irregular de Diamantina, na lógica do novo imaginário salubre, tornou os estreitos becos e vielas da cidade um estereótipo das críticas feitas

por higienistas do período. Em 1900, a edição de 02 de junho de *O Município*, ao se referir a uma das praças da cidade, o largo da Cavahada Velha (atual Praça Doutor Prado), apontou:

Considerando que no Largo – denominado – Cavahada Velha – nesta cidade – em trecho que se estende em linha vertical à praça do fim do beco de Luiz Querina aos muros Ezequias Lopes, permanece, há muitos anos, um esgoto aberto em uma depressão da referida linha; Considerando que nesse trecho, de um lado e de outro existe uma estrumeira de todos os diretos que, abuso inexplicável, ali são lançados, convertendo o dito escoadouro em depósito de matérias pútridas de todas as procedências, de fezes humanas. Isso com grave dano à saúde pública, constantemente ameaçada pelo enxame de micróbios que empestieiam esse lugar (O MUNICÍPIO, 2 jun. 1900, p. 1).

Aquela praça, no centro da cidade, “vexaria os créditos” de uma municipalidade “recomendável pela sua alta graduação”. Mais do que o embelezamento local, a canalização dos esgotos na Cavahada Velha viria concorrer para o melhoramento da saúde pública. Em outro periódico, *A Ideia Nova*, na edição do dia 17 de junho de 1906 foi afirmado que os inúmeros casos de febre que estariam aparecendo na cidade no período deveriam ser atribuídos “sem medo de errar” à falta absoluta de higiene e asseio das nossas ruas, verdadeiros focos de infecção”. Assim, continua o jornal, “a Diamantina, que tem um clima ameno e seria uma das “mais confortáveis cidades de Minas”, a culpa deveria ser atribuída “àqueles que teriam a obrigação rigorosa de zelar pela saúde pública”, isto é, as autoridades municipais.

Especificamente sobre os hábitos da população, observamos o ano de 1846, por exemplo, quando foi publicado o primeiro Código de Posturas da cidade. De modo sucinto, esse documento, como o nome sugere, indicava as formas de se portar dos habitantes daquela localidade. A desobediência aos preceitos recomendados poderia acarretar sanções como multas e prisões. Os locais de sepultamento (que antes se localizavam nas igrejas), o número de animais nas ruas, as condições dos mercados da cidade, a preocupação com águas estagnadas, curtumes de couro, e tudo que na época foi percebido como nocivo à saúde pública passou a ser alvo de políticas municipais a fim de que a cidade se tornasse mais salubre (FERNANDES, 2005, p. 71-72). Muitos dos apontamentos desse primeiro código de posturas refletiam aspectos da teoria miasmática que considerava a fixação e circulação do ar e das águas, por exemplo. Em 1900, um novo Código de Posturas, durante a administração de Olympio Mourão, foi divulgado pelo *O Município*, impresso oficial da Câmara Municipal diamantinense. O novo Código procurou abarcar as normas mais modernas de higiene do período, sem, contudo, contrariar práticas ligadas à tradição religiosa, uma vez que os enterramentos nas Igrejas, por exemplo, permaneceram sendo realizados até meados da segunda década do século XX (ALCÂNTARA, 2015, p. 101-105). Em 1912, foi constituída uma comissão de higiene na Câmara Municipal: o trabalho dessa comissão deu origem a um relatório que indicava a necessidade de se elaborar um novo Código de Posturas “aos moldes da legislação das cidades do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte” (Ibid., p. 83), exemplos bem-sucedidos de higiene assente no que era considerado o mais moderno do conhecimento microbiológico da época.

Os periódicos que circulavam na cidade também empreenderam um forte movimento em favor de uma reestruturação da urbe. Manchetes cujos títulos eram “Águas e Esgotos” (A IDEIA NOVA, 8 out. 1911, p. 1), “O Sarampo” (A IDEIA NOVA, 18 jul. 1909, p. 2), “Cura da Varíola” (Id., 18 dez. 1910, p. 1), “Pelo Extremo Norte” (Id., 8 out. 1911, p. 1), “Contra as Formigas” (Id., 18 dez. 1910, p. 3), entre outros, quando não chamavam atenção para a falta de estrutura da região buscavam alertar para os cuidados necessários para se evitar o avanço de epidemias.

Quando no ano de 1898 a região foi acometida pela varíola, o jornal *O Município* afirmava: “ninguém ignora a facilidade com que esta feia moléstia se irradia”, portanto “cumprir tomar fortes precauções, e a primeira delas, já se sabe, é a vacinação” (O MUNICÍPIO, 14 dez. 1898, p. 3). Em edição de 10 de novembro de 1900, em um artigo sobre a tuberculose, o mesmo periódico

assegurava que a melhor “arma” para se combater o mal seria a vigilância severa de cada um, pois ele poderia estar nos “alimentos, no ar, na água, no pó das ruas e das casas, nos objetos que tocamos”. A recomendação do jornal era a de que seria preciso temer o inimigo, qual seja: “se veja o germe do mal, se precinta o micróbio da tuberculose” (O MUNICIPIO, 10 nov. 1900, p. 3). Esses aspectos nos informam sobre as noções acerca da transmissão de doenças que estavam circulando na cidade. A varíola, por exemplo, não seria resultado da salubridade do local, mas produzia impacto nessa salubridade. Em 1910, observamos a manifestação da varíola na região na altura do distrito diamantinense de Rio Manso, que segundo Neves teria sido apelidado por alguns médicos locais como "Buenos Aires de Minas" (NEVES, 1886, p. 151). Segue trecho publicado no jornal *A Idéa Nova*:

Do itinerário invasor da moléstia que, com o nome de varíola, tem grassado lugares do norte do nosso Estado, exatamente os pontos de trânsito dos baianos que se destinam ao Estado de S. Paulo, [...] No Rio Manso, deste município, onde a moléstia grassou há meses com reconhecida benignidade, sabe-se, que foi ela transmitida por um baiano ali de passagem (A IDEIA NOVA, 14 ago. 1910, p. 1).

À varíola foi atribuída o caráter “benigno” como uma forma de amenizar os seus impactos e o terror da população à sua manifestação. Recorreu-se ao clima serrano e suas qualidades como um reflexo de antigas teorias que pensavam serem as condições climáticas elementos intervenientes no caráter das moléstias. Contudo, a respeito da retórica que destacava o bom clima em detrimento da manifestação de doenças, observamos que as epidemias estiveram presentes na região mesmo antes do estabelecimento de uma dinâmica urbana e do aumento da densidade populacional. O memorialista diamantinense Felício dos Santos, em suas *Memórias sobre o Distrito Diamantino*, descreve que um grupo de bandeirantes que por ali passou, em fins do século XVII, ao instituírem um pequeno estabelecimento de mineração foram, logo depois, “avexados pelas febres endêmicas” que ali irrompiam no “grassar do tempo das chuvas”. As febres, segundo o autor, eram “provenientes dos detritos vegetais, que com as enchentes se depositam e apodrecem” (SANTOS, 1889, p. 8).

Em outubro de 1918, na ocasião em que ocorreu a incidência mundial da pandemia de Influenza, conhecida como gripe espanhola, os jornais de Diamantina publicaram as primeiras notícias. Desde setembro, a doença se manifestava em algumas cidades brasileiras. Alves Couto, agente executivo em exercício, cargo hoje equivalente ao de prefeito, com a intenção de “desfazer” o temor da pandemia de gripe, fez a primeira declaração oficial sobre esse contexto em 10 de novembro de 1918, no jornal *A Estrela Polar*. Em seu discurso, o agente executivo buscou amenizar o medo da pandemia, afirmando que o clima ameno e o isolamento regional garantiriam o abrandamento da doença na região. A seguir um trecho de seu discurso:

A existência desta epidemia foi verificada aqui no dia 23 pelo médico do 3º batalhão onde se alastrou com rapidez, porém, de forma tão benigna que até hoje não se verificou um só óbito em nosso meio causado exclusivamente pela pavorosa influenza. Parece, Sr., Redator, que o clima de Diamantina é privilegiado contra o terrível mal, que assola em todos os cantos do Brasil, que deveria ser aconselhado pelos médicos para refúgio das pessoas timoratas e até dos convalescentes atacados em outros pontos do país (A ESTRELA POLAR, 10 nov. 1918, p. 3).

Porém, apesar da boa reputação destacada sobre as condições salubres do clima local, a epidemia, facilitada pelas condições da recém-inaugurada ferrovia da Estrada de Ferro Vitória-

Minas (1914), avançou, desorganizando o cotidiano da cidade e fazendo vítimas. Em edição de dezembro de 1918, quando a epidemia estava em franco declínio, o jornal *Pão de Santo Antonio* publicou uma nota informando que os campos da região já começavam “a ser frequentados pelas apreciadoras das gabiobas” (*Campomanesia xanthocarpa*), espécie típica da flora brasileira e presente nos campos rupestres da Serra do Espinhaço. Segundo a nota, este seria um sinal claro de que já se despedia a “pandemia maligna”. A esperança no clima e nas condições serranas da cidade era mais uma vez reforçada. Esse episódio mostra que, apesar do fortalecimento dos paradigmas da bacteriologia – que circularam nos jornais locais e orientaram cuidados e novos preceitos aos hábitos dos diamantinenses –, as boas condições sanitárias da região continuaram a ser pensadas levando-se em consideração aspectos da natureza geomorfológica da Serra do Espinhaço. Além disso, nos informa que as concepções miasmáticas continuaram presentes nas ações de saúde da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo nossa intenção foi apresentar a relação entre o meio biofísico da Serra do Espinhaço e a história da saúde pública de Diamantina. O discurso de que se tratava de um espaço salubre e com bons ares – favorecido pelas condições serranas –, foi oscilante, e mesmo no século XX permaneceu nas representações sobre a cidade. O estudo desse contexto nos apresenta outras dimensões das relações constituídas entre a Serra do Espinhaço e as sociedades humanas que ela abrigou. Evidencia, portanto, que embora a história desta região seja resultado de processos que se entrelaçam ao mesmo tempo, humano e natural, ela não narra – e tão pouco pode se limitar, apenas ao contexto da intensa exploração de seu meio biofísico com objetivo de manejo de seus recursos, sobretudo, minerais. A história do Espinhaço narra também questões de diferentes tipos como, por exemplo, as forças geológicas que culminaram na expressão morfológica que a distingue por suas altitudes. E ainda, nos permite incursos sobre como atores humanos puderam produzir saberes sobre saúde/doença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Carolina Paulino. *"Princesa do Norte":* contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- ALMEIDA, Leandro Antonio de. *Dos sertões desconhecidos às Cidades Corrompidas:* um estudo sobre a obra de João de Minas (1929-1936). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Formação da Classe Operaria e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da República à Revolução de 1930: Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENCHIMOL, Jaime L. *et al.* História, Ciências, Saúde-Manguinhos: um balanço de 12 anos de circulação ininterrupta. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 221-257, 2007.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde pública na capital paranaense:* dos “bons ares” à febre tifoide. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo, 2011.
- BOLLE, Willi. De Ouro Preto a Diamantina: refazendo a viagem de Spix e Martius de 1818. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, v. 21, n. 33, p. 16-35, 2018.

- BRITO, Altair Gomes. As montanhas e suas representações: buscando significados à luz da relação homem-natureza. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, São Cristóvão, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2008.
- CABRAL, Diogo Carvalho de. O Brasil é um grande formigueiro?: território, ecologia e a história ambiental da América portuguesa, parte 1. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 467-489, 2014.
- CAPANEMA, Gustavo Xavier da Silva. *Dos Pântanos considerados como causa da moléstia*. 1879. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1870.
- CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro; BENITEZ, Leila. Depósitos superficiais diamantíferos da região de Diamantina, Serra do Espinhaço (Minas Gerais). *Geociências*, São Paulo, v. 23, p. 31-42, 2007.
- CORBIN, Alain. *Sabores e Odores: olfato e imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.
- DE PAULA, Suzana Fernandes; CASTRO, Paulo de Tarso Amorim. Oportunidades Geoturísticas do Caminho dos Diamantes: Uma Viagem pela Perspectiva dos Viajantes Naturalistas. *Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 10, n. 2, p. 213-229, 2018.
- EDLER, Flavio Coelho. Doença e lugar no imaginário médico brasileiro. *Anuário IEHS*, Tandil, Argentina, n. 21, p. 381-398, 2006.
- FERNANDES, Antonio C. *O Turíbulo e a Chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil: medicina e pensamento social no Império. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., 1999, Caxambu, MG. *Anais...* São Paulo, 1999.
- FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815*. Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1907.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 24, 2011.
- GONTIJO, Bernardo Machado. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. *Megadiversidade*, v. 4, n. 1-2, p. 7-14, 2008.
- GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de papel: Imprensa, Progresso e Tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG. (1884 – 1914). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.
- INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. *World Archaeology*, London, v. 25, n. 2, 1993.
- KNAUER, Luiz Guilherme. O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais: considerações sobre sua estratigrafia e seu arranjo estrutural. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 2013.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. República. *Revista Resgate*, Campinas, v. 1, n. 1, 1990.
- LOBATO, F. P. *Da Topografia e climatologia da cidade do Rio de Janeiro e de sua influência sobre a salubridade pública*. Qual a influência que o arrasamento das montanhas do Castello e Santo Antônio exercerá sobre as condições higiênicas da

- mesma cidade. [Tese] – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1875.
- MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. O Hospício da Diamantina 1889-1906. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.
- MCNEILL, John R. Observations on the nature and culture of environmental history. *History and theory*, Middletown, v. 42, n. 4, p. 5-43, 2003.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- MARTINS, Marcos Lobato. A economia da sempre-viva em São João da Chapada (Diamantina, MG), meados do século XX. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 11, n. 22, p. 235-262, 2019.
- MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres.; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). *História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Barueri: Manole, 2011.
- MUCIDA, Danielle Piuzana et al. A degradação ambiental em narrativas de naturalistas do século XIX para a reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 57, p. 465-495, 2019.
- NEVES, Jayme. *José Augusto Neves: o jornalista-escritor, sua obstinação e vocação ecológica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899.
- NOGUEIRA, Helena. *Os Lugares e a Saúde*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- OLIVEIRA SANTOS, Flávia de. *Geografia Médica ou Geografia da Saúde? Uma Reflexão*. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 32, p. 41-52, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, 2020.
- PENNA, Belisario. *Minas e Rio Grande do Sul: O Estado da doença e o Estado da Saúde*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1918.
- REVISTA RESERVA DA BIOSFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO. Brasília: IABS, v. 1, n. 1, 2017. Semestral. ISSN: 2527-1032.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1941.
- SALGADO, André Augusto Rodrigues; VALADÃO, Roberto Célio. Contribuição da Desnudação Geoquímica na Evolução da Erosão Diferencial no Espinhaço Meridional-MG. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Curitiba, v. 4, n. 2, 2003.
- SANT'ANNA NETO, João Lima; SOUZA, Camila Grosso. Geografia da saúde e climatologia médica: ensaios sobre a relação clima e vulnerabilidade. *Hygeia*, Uberlândia, v. 4, n. 6, p. 116-126, jun. 2008.
- SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Ano VI, Tomo 2, vol. 6, p. 623, 1918.
- SILVA, Sandro Druta; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Org.). *Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argvmentvm; FAPEMIG; CAPES, 2008.

- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do Norte de Mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Ramon Felipe. *O Sertão nos trilhos: ferrovia, ambiente e saúde no debate sobre a integração do Norte de Minas Gerais (Diamantina, 1902-1922)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil. In: _____. *História da saúde no Brasil*. p. 485-485, 2018.
- VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade. *ClimaCom*, Campinas, v. 3, n. 7, 2016.
- VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. *Por uma Geografia de Diamantina-MG*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- VASCONCELOS, Alessandra Mendes Carvalho; SILVA, Alexandre Christóforo; FAGUNDES, Marcelo *e. al.* Sítio Arqueológico Três Fronteiras N°7: Um abrigo do Holoceno Médio no Alto Araçuaí, Minas Gerais. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 33, n. 3, p. 14-59, 2018.
- VELLOSO, André; MATOS, Ralfó. A Rede de Cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 1998.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Segundo Pádua, a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. Essa abertura deve significar, em um sentido fundamental, o abandono da visão catastrófica e do “homem devastador”. Nessa direção, o historiador afirma que análises fechadas e reducionistas não se sustentam mais: “dizer que a natureza sempre determina a vida social, ou vice-versa, não nos leva muito longe. O importante é estar atento e aberto a cada situação de pesquisa. Em certas situações, os fatores biofísicos são decisivos. Em outras, a tecnologia pode ser decisiva.” No entanto, em todas as situações o biofísico, o social e o cultural estão presentes (PÁDUA, 2010, p. 97).
- ² No importante artigo *As bases teóricas da história ambiental*, Pádua alerta para o enfoque “flutuante” que predomina na historiografia contemporânea. Sem meias palavras, seria como se a humanidade flutuasse acima do planeta, “como se os seres humanos não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram e que precisam cotidianamente se alimentar de elementos minerais e biológicos existentes na Terra” (PÁDUA, 2010, p. 91)
- ³ Worster (1991) elaborou três níveis “para fazer a história ambiental”, e, como nos lembra Pádua, “precisam ser percebidos em conjunto, em suas interações mútuas e múltiplas linhas de causalidade” (PADUA, 2010, p. 94-95). Dada a importância dessa perspectiva, a seguir, a citamos integralmente: “Há três níveis em que a nova história funciona, três conjuntos de questões que ela enfrenta (embora não necessariamente na mesma pesquisa), três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie de parasita. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócioeconômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. Uma comunidade

organizada para pescar no mar pode ter instituições, papéis de gênero ou ritmos sazonais muito distintos dos de um povo que se dedica a criar ovelhas em pastagens nas altas montanhas. O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações do poder faz parte desse nível de análise. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos – de modo mais geral, em escolher os fins das suas vidas. Embora possamos, para efeito de clareza, distinguir esses três níveis de estudo ambiental, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente” (WORSTER, 1991, p. 202).

- ⁴ Desde 1828, circulavam publicações seriadas locais. o Tejuco se constituiu como a terceira região de Minas Gerais a instalar a imprensa (A IDEIA NOVA, 4 abr. 1909, p. 1).
- ⁵ Altair Gomes Brito, analisando representações da relação homem-montanha, sob a ótica popular, apresenta um interessante balanço sobre os novos valores e significados do cotidiano moderno, marcado pela influência da mídia, sobre essas elevações rochosas, de formas naturais marcantes, chamadas serras e montanhas. Como o autor demonstra, a valoração sobre esses ambientes não é fixa e varia ao longo do tempo (GOMES BRITO, 2008).
- ⁶ Artigo de divulgação científica interessante sobre a referida pesquisa. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/os-movimentos-da-serra-do-espinhaco/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- ⁷ Os autores argumentam ainda que há muitos nomes para a nossa atual condição, e citam como exemplo: Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno, Cena-de-supremacia-branca, “e a lista continua”. Mas, continuam: “seja lá como for chamada, o que parece exigir são práticas minuciosas de atenção para as formas complexas que nós, todos nós, nos tornamos numa relação consequente com os outros” (VAN DOOREN *et al.*, 2016, p. 41).
- ⁸ As Reservas da Biosfera são áreas internacionalmente reconhecidas pelo Programa o Homem e a Biosfera (Man and the Biosphere Programme – MaB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), principalmente por seus valiosos atributos naturais (REVISTA RESERVA DA BIOSFERA ..., 2017, p. 7).
- ⁹ Criada em 1720, a Comarca do Serro do Frio tinha como um dos seus objetivos promover e facilitar a administração no território do Norte de Minas Gerais (SOUZA, 1993, p. 32).
- ¹⁰ Segundo Edler, os profissionais envolvidos no estabelecimento de uma nosografia, isto é, um repertório das doenças existentes no território brasileiro, se legitimavam como autoridades junto à esfera política, na indicação de solução dos problemas identificados (EDLER, 2006).
- ¹¹ A demolição foi determinada pelo prefeito Carlos Sampaio (1861-1930), em 1921, decisão baseada, segundo o governo, na necessidade de higienização e modernização da cidade. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ¹² Não é uma particularidade de Minas Gerais. Escrevendo sobre a capital paraense, Bertucci (2011) afirmou que, devido ao grande contingente de imigrantes europeus que chegaram ao estado do Paraná, principalmente a partir de 1870, mudanças estruturais – multiplicadas pelo surgimento de fábricas e oficinas entre outras atividades, como, por exemplo, a exploração da erva-mate e da madeira –, aos poucos aumentaram expressivamente o número de habitantes na região periférica e na própria capital, Curitiba. Porém, essas mudanças que fizeram Curitiba crescer e prosperar também resultaram em problemas, notadamente relacionados à saúde pública. A epidemia de febre tifoide na capital paranaense no final da década de 1910, por exemplo, demonstrou que a cidade do “ar bom” era vulnerável.
- ¹³ A noção de que todas as classes estariam sujeitas a moléstias, mediante a falta de cuidados relacionados à saúde, se acentua no país no início do século XX, a partir da “interdependência sanitária” que consiste em uma conscientização de certa “dependência recíproca” diante da

ameaça da doença, por meio da qual todos os indivíduos estariam interligados (HOCHMAN, 1998, p. 47-87).

- ¹⁴ Os estudos de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910), nos anos finais do século XIX, contribuíram com o estabelecimento da microbiologia. O processo denominado de fermentação, desenvolvido por Pasteur, foi fundamental para a relação entre microrganismos e doenças, dando evidências de que os microrganismos não eram frutos de um “aparecimento espontâneo”. Robert Koch, por sua vez, constitui-se como um dos primeiros cientistas que apresentou provas de que as bactérias causavam doenças, no ano de 1876. Em seus estudos cultivou uma bactéria em forma de bastão (*Bacillus anthracis*) e injetou amostras da cultura em animais sadios. Koch isolou a bactéria do sangue dos animais e, a partir disso, relacionou o microrganismo específico a uma doença específica, a tuberculose (TORTORA *et al.*, 2000, p. 8).
- ¹⁵ Contextualização riquíssima realizada por Andrea C. T. Wanderley no portal Brasiliana Fotográfica, disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=19095>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- ¹⁶ Euclides da Cunha, por exemplo, na obra *Os Sertões* (1902), foi pioneiro ao tratar do sertão baiano como um espaço desprezado pelas autoridades políticas. Em sua concepção, o descaso para com os sertões era um elemento contrastante, pois a construção efetiva de uma identidade legitimamente brasileira deveria levar em conta a feição daquele espaço, considerando que no mesmo estaria a “verdadeira brasilianidade” (CUNHA, 1984, p. 39).

Recebido em abril de 2021
Aprovado em julho de 2021